

Honestamente contraditória: uma visão latino-americana do fascismo

Honestly contradictory: a latin-american perspective on fascism

Fabrizio Rigout
Doutor em Sociologia (University of California, Berkeley)
Diretor de Pesquisa, Plan Políticas Públicas
fabriziorigout@gmail.com

Resumo

As origens do fascismo, coletânea de artigos de José Carlos Mariátegui traduzida, organizada e prefaciada por Luiz Bernardo Pericás, é um retrato das idéias e dos personagens que dominavam a cena política italiana no começo da década de vinte do século passado. Durante sua estada de pouco mais de dois anos na Itália, Mariátegui é testemunha de eventos que levaram à escalada do fascismo, um movimento que procurava cooptar os trabalhadores dos movimentos socialistas e combater a ordem democrático-liberal. Neste artigo sublinho a idiosincrasia do pensamento de Mariátegui à época, simultaneamente simpático ao reformismo socialista e a um estilo de fazer política baseado na dicotomia aliado-versus-inimigo que ganhava corpo à época.

Palavras-chave: José Carlos Mariátegui. Fascismo. Jornalismo político. Liberalismo.

Abstract

As Origins do fascismo, a collection of short articles by José Carlos Mariátegui, edited and translated into Portuguese by Luiz Bernardo Pericás, is a series of intellectual portraits of Italian political leaders in the 1920s. During his two year stay in Italy Mariátegui witnessed key events that led to the rise of fascism, a movement at once aimed at co-opting ranks from socialist workers' movements and combating the liberal-democratic order. In this article I highlight his idiosyncratic sympathy for both socialist reformism and the friend-versus-foe view politics that was gaining ground at the time.

Keywords: José Carlos Mariátegui. Fascism. Political journalism. Liberal democracy.

Originais recebidos em: 02/02/2011

Aceito para publicação em: 07/02/2011



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Segundo Jean Baudrillard, “a democracia é a menopausa da sociedade ocidental, e o fascismo, sua luxúria de meia-idade” (1987, p. 17). Hoje quando se pensa em fascismo, fenômeno político que dominou a Itália por duas décadas, é quase instintivo lembrar o apelo que teve para as classes médias, o estrato social mais representativo do êxito da sociedade ocidental moderna. Essa ditadura da ordem foi à época a ideologia por excelência da pequena burguesia, dos profissionais liberais e de uma gama de profissões de nível intermediário que, em períodos normais, abastece as burocracias do Estado e das empresas. A “menopausa” do Ocidente a que se referia Baudrillard pode ser entendida como o período de normalidade capitalista, quando estado e sociedade estão em equilíbrio de forças e os conflitos distributivos são bem administrados dentro do sistema. Ali as classes médias vêem no sucesso do regime a própria comprovação da verdade moral de suas trajetórias de ascensão social por meio do comedimento e da persistência. Entretanto, em época de crise econômica profunda, com grande perda de empregos, como aconteceu na Itália após a Primeira Guerra Mundial, essa fração se retrai e é a primeira a se ver vulnerável ideologicamente. A classe média passa então a ser disputada tanto pelos socialistas quanto pelos conservadores; os primeiros eram vistos com bons olhos por aqueles mais ameaçados pelo desemprego e a falta de perspectiva; os segundos cativavam em particular a pequena burguesia, que via a racionalidade econômica sob ameaça. Por isso, a rápida ascensão do fascismo durante a crise se deveu em larga medida à manutenção da classe média no centro simbólico da política, investida ademais de um protagonismo inédito num momento em que os operários ameaçavam roubar a cena. Foi um inesperado “poder desejar” que fez com que não só esse estrato, mas a maior parte da sociedade urbana passasse a acreditar, ingenuamente, que as estruturas sociais poderiam ser reinventadas pela imposição da ordem, ou melhor, da organização.

O fascismo se apresentava como um projeto de reforma da sociedade apoiado na determinação individual, na organização da economia em corporações e no dirigismo do Estado sobre todos os aspectos da vida. As alternativas à mão, a despeito da verdade que abrigassem, não tinham o mesmo impacto retórico. A democracia liberal anterior ao estado de bem-estar social, cujo principal valor era a representação política das minorias, não convivia bem com a idéia de que a reforma econômica que se pedia em tempos de crise implicaria na derrota de grupos representados no parlamento, fossem eles trabalhadores ou burgueses. Já o socialismo, cientificamente embasado pela economia política, era algo para iniciados - até mesmo suas lideranças reconheciam que as massas pre-

cisavam ser “conscientizadas” para se tornarem revolucionárias. O fascismo, ao contrário, aparecia como um vigoroso discurso alternativo tanto à menopausa da democracia quanto ao intelectualismo dos comunistas. Era um partido de ação. Os males sociais do pós-guerra no país—desemprego, pusilanimidade dos governantes, greves, uma economia destruída -, apregoava Mussolini, seriam superados pela determinação de um líder infinitamente animado pelas “idéias certas” e apoiado pela mobilização popular, os *fasci di combattimento*. Em sua plataforma de 1919, o movimento fascista falava em confiscar os lucros de guerra, expropriar a burguesia parasitária, fazer a reforma agrária, substituir o senado por comitês técnicos de trabalhadores, instituir o salário mínimo, impostos progressivos e uma reforma da burocracia, reduzindo o número de funcionários para “liberar as energias produtivas” da nação (Schnapp, 2000, p. 4). Tratava-se, assim, de um discurso que apelava ao senso comum tanto da pequena burguesia quanto dos trabalhadores, aludindo ao mesmo tempo a bandeiras liberais e socialistas.

Como observaram tantos historiadores, sem o socialismo é impossível explicar o fascismo. Ao final da Primeira Guerra Mundial, havia uma perspectiva real de sua instauração na Itália. Isso se refletia na distribuição de assentos no parlamento. O Partido Socialista obteve em 1919 sua maior votação em todos os tempos, conquistando 156 das 508 cadeiras da Câmara Baixa, e se transformando na maior agremiação do país. Apoiador da Revolução Bolchevique na Rússia, o grupo parlamentar do PSI conhecido como reformista opunha-se à guerra em nome do internacionalismo proletário, ao contrário da ala maximalista, que, a exemplo de outros partidos socialistas europeus, via a possibilidade de precipitar a revolução na esteira da crise econômica resultante do esforço de guerra. É nesta última corrente que despontaria a liderança de Benito Mussolini. Em 1912, ele se tornara o principal líder do partido, triunfando na convenção daquele ano e se tornando diretor de seu jornal oficial, *Avanti*, por meio do qual começou sua projeção nacional. Sua postura então já se revelava mais nacionalista do que esquerdista: assim como o dionisíaco poeta Gabriele D’Annunzio, via no conflito armado a possibilidade de conclusão definitiva do *Risorgimento* italiano, unificando o país - que à época ainda tinha parte de seu território étnico incorporado ao império austro-húngaro - e projetando-o como potência militar e econômica.

Fascinado pelas personalidades idiossincráticas dessa contra-revolução em curso, o jornalista peruano José Carlos Mariátegui descreve a escalada do fascismo e a repressão aos socialistas durante os dois anos e meio em que residiu na Itália, entre janeiro de 1920 e agosto de 1923. Trinta e sete dos textos produzidos no período, escolhidos,

traduzidos e prefaciados por Luiz Bernardo Pericás em *As Origens do Fascismo* (São Paulo: Alameda, 2010, p. 350) se alinham num curso em que desfila a elite política da época. Suas lutas partidárias mesquinhas e equívocos de estratégia marcaram esse momento histórico em que o oportunismo e a retórica prevaleceram rapidamente sobre o conteúdo do discurso. O olhar de Mariátegui é especialmente sensível a essa qualidade psicológica da política. Assim, em lugar da análise econômico-política de outros marxistas que se debruçavam sobre os problemas da revolução em países de desenvolvimento tardio - as “guerras de posição” da Itália de Antonio Gramsci, o gradualismo de Nicolai Bukharin, a ditadura do proletariado da Rússia de Vladimir Lênin, e o internacionalismo de Leon Trotski -, Mariátegui tende a enfatizar nesses ensaios as consequências que as decisões das lideranças tiveram para a marcha da luta de classes. Não faz de seu jornalismo militância, como era comum à época inclusive para esses pensadores socialistas, que dirigiam órgãos de imprensa partidários. Pelo contrário, os ensaios têm um estilo pessoal e desapaixonado característico, aí também se distinguindo da prosa embelezada da imprensa latino-americana da época, que o incomodava tanto por carecer de “seleção” e “substância” como por ser marcada por “tropicalismo”, “exagero” e “pedantismo” (Mariátegui, 2010, p. 34-35).

Num dos artigos reunidos no livro, exemplar desse estilo de análise que enfoca o poder das idéias sobre a prática política, JCM trata das afinidades entre as personalidades de Mussolini, D’Annunzio e Marinetti. Delas diz serem impetuosas e tipicamente italianas, o que em si não chega a ser uma explicação de sua ascendência sobre a vida pública do país. Contudo, os movimentos por eles capitaneados alcançaram enorme ressonância no período por virem plantando, desde 1909, com o futurismo, a idéia romântica de que utopias coletivas poderiam ser concretizadas exclusivamente por meio da coragem dos indivíduos. O desejo de poder representado pela República de Fiume, na Dalmácia, que D’Annunzio liderou com um contingente de seguidores tão reduzido que cabia num pequeno navio, a teatralidade com que seus milicianos puniam os opositores, amarrando-lhes as pernas e tratando-lhes a óleo de rícino, tudo isso serviria de modelo formal para a personalidade política de Mussolini. Mais adiante Mariátegui recorre ao movimento futurista, que Marinetti liderou, para dar a dimensão do lugar de honra que a destruição ocupava no pensamento das vanguardas da época. Seu tecnicismo belicoso e voluntarista também serviria de inspiração para o modelo de organização social corporativista do fascismo, que reduzia a sociedade a “feixes” nos quais se reconhecia como único princípio válido de diferenciação entre os indivíduos a sua atividade

profissional, classificando as pessoas por sua contribuição — sua utilidade — para a nação. Assim,

o futurismo não produziu, como o cubismo, o expressionismo e o dadaísmo, um conceito ou uma forma definida ou peculiar de criação artística. Adotou, parcial ou totalmente, conceitos de formas de movimentos afins. Mais que um esforço de edificação de uma nova arte, representou um esforço de destruição da velha arte. (...) O futurismo aspirava ser um movimento internacional. Nascia, por isso, em Paris. Mas estava destinado a adquirir, pouco a pouco, uma fisionomia e uma essência fundamentalmente italianas. (...) Em outubro de 1913, os futuristas passaram da arte à política. Publicaram um programa político...que propunha uma política externa “agressiva, astuta, cínica”. (...) O futurismo é um dos ingredientes espirituais e históricos do fascismo. A propósito de D’Annunzio, disse que o fascismo é d’annunziano. Melhor dito, d’annunzianismo e marinettismo são aspectos solidários do mesmo fenômeno. (...) O temperamento de Marinetti é, como o de D’Annunzio, um temperamento pagão, esteta, aristocrático, individualista. (...) Recorda que Marinetti preconizou à juventude italiana o culto da violência, o desprezo dos sentimentos humanitários, a adesão à guerra etc. E o ambiente fascista, por isso, propiciou um retorno do futurismo (Mariátegui, 2010, p. 235-239).

Fica demonstrada também a pouca densidade de pensamento econômico ou sociológico desses movimentos, a qual, por outro lado, foi a chave de seu poder de galvanizar multidões, seduzir, apresentar-se como solução criativa “bela” para conflitos que nada têm a ver com a esfera da estética. Se tanto Marinetti quanto D’Annunzio já se confessavam descrentes do impacto de suas idéias sobre a política à época da ascensão de Mussolini, a sociedade italiana levaria mais de uma década, e outro esforço de guerra, para chegar a conclusão semelhante em relação ao fascismo. Os fascistas pretendiam fornecer um método político para a realização da utopia dos futuristas de problematizar e resolver as carências humanas através da técnica. A imposição da ordem corporativa pelo Estado engendraria uma sociedade equilibrada, harmônica, de capacidades complementares. Mas essa “solidariedade orgânica” nunca será atingida na sociedade industrial por levar em conta apenas os problemas gerados pela diferenciação social, ignorando ou fingindo ignorar os sujeitos coletivos que são as *classes* sociais. Isso já ficara claro nas tentativas frustradas do sociólogo francês Émile Durkheim de chegar a um modelo satisfatório de cooperação em *Da Divisão do Trabalho Social* (Durkheim, 1984). Para Mariátegui ficou óbvio que todas as soluções que não reconhecessem o conflito capital-trabalho rapidamente seriam suplantadas, e por isso entendia que já em meados dos anos vinte o fascismo entrara em crise. Ele resumia o período como um sendo um caminho que chegara à bifurcação para a revolução ou a *reação*, e nenhum outro país exemplificava tão claramente o espírito reacionário quanto a Itália. Essa previsão, sabe-se, se revelou equivocada, pois Mussolini ficaria no poder até 1943.

Em que pese sua estridência, o fascismo do começo dos anos vinte era uma agremiação política minoritária, recém convertida em partido. Nessa época a política parlamentar era dominada por centristas. Atingiram o auge no último gabinete de Giovanni Giolitti (1920-1921), veterano primeiro-ministro liberal que governara a Itália quatro outras vezes desde 1892 e que, a despeito das greves no Norte e a miséria no Sul rural, manteve sua crença na administração pacífica de interesses cada vez mais antagônicos. Essa figura republicana curiosa se recusava a reprimir as greves, por um lado, e acreditava poder trazer os fascistas ao diálogo. Nos melhores momentos, Giolitti é a semelhança de estadistas liberais progressistas latino-americanos como o argentino Domingo Faustino Sarmiento e o brasileiro Ruy Barbosa, de convicções civilizatórias inquestionáveis, mas cujos países lhes davam provas de não estarem exatamente prontos para o grau de civilização a que se lhes pretendia elevar. Nos momentos mais ordinários e ingênuos, era um político contemporizador que jogava com a composição das forças parlamentares, usando o apoio aos fascistas para conseguir concessões de socialistas e vice-versa. Para Piero Gobetti, Giolitti era “a sublimação... da administração ordinária”; para Mario Missiroli, sua grandeza consistia “em ter sabido governar, segundo os modos da civilidade ocidental, um povo... estranho às formações espirituais da modernidade” (Mariátegui, 2010, p. 144). Para Mariátegui o termômetro da viabilidade republicana era Mussolini. Se a burguesia se visse atraída por uma solução autoritária em face do crescimento do poder dos sindicatos e sua ascendência sobre o governo, a reação triunfaria, pois, ao contrário da revolução, tinha um líder pronto a cumprir sua função histórica:

Desde que a guerra iniciou um período revolucionário, o socialismo se tornou ameaçador e inquietante. (...) Seu último grande serviço à burguesia e à ordem foi sua atitude contemporizadora ante a ocupação das fábricas. A resistência do governo à reivindicação operária do controle das fábricas provavelmente teria provocado a revolução. (...) Mas [Giolitti] errou, por outro lado, em seu cálculo quando dissolveu a Câmara em 1921, com a esperança de garantir uma maioria controlável com a ajuda da violência fascista. Este erro abriu o caminho do poder aos fascistas. Mussolini lhe deve toda a sua fortuna política (Mariátegui, 2010, p. 282).

Ou seja, a conclusão tirada aqui é a de que uma política social-democrática requer, mais do que a concessão às demandas dos trabalhadores, o convencimento da burguesia de que todos os conflitos serão administrados por meio do parlamento, e portanto de que haverá a necessidade de ceder hoje para ganhar amanhã. Os socialistas haviam dado seu voto de confiança nas instituições na esperança de ganhar terreno gradualmente, mas a “revolução passiva”, em que as classes dominantes confiam seu futuro a um

partido de centro cujos interesses de classe não estão diretamente em jogo na situação (Gramsci, 1971, p. 150-114), ficou desacreditada quando Giolitti dissolve o parlamento para mostrar força, contrariando o que parecia ser convicção democrática. Menos de um ano depois, com o gabinete em descrédito, os “combatentes” de Mussolini marcham sobre Roma para os aplausos da maioria.

* * *

Entre todos os retratados em *As Origens do Fascismo*, é para com a consistência ideológica de Francesco Nitti, a quem se poderia chamar de socialista democrático por sua pretensão de incorporar das classes trabalhadoras no sistema político, que Mariátegui demonstra ter maior simpatia. Esse socialista católico e primeiro-ministro durante os tumultos de 1919, é objeto de dois ensaios. No primeiro, JCM comenta a apresentação de seu programa de governo, em que promete cortar impostos e manter as conquistas dos trabalhadores e toma posição firme contra os fascistas. No segundo Nitti aparece sugerindo que os vencidos na guerra fossem incorporados à Liga das Nações e que as indenizações fossem reduzidas de modo a viabilizar seu crescimento econômico; ali temos ao mesmo tempo Plano Marshall e um modelo de Nações Unidas *avant la lettre*. Contraditoriamente, como observa Luiz Bernardo Pericás na introdução, o mesmo Mariátegui que aplaudia reformistas simpatizava com revolucionários nada convencionais, como Georges Sorel, que defendia a radicalização da oposição burguesia-proletariado, eliminando forçosamente todos os agentes de conciliação de classe, aí incluídos os socialistas democráticos. A Mariátegui agradava no teórico francês a estratégia insurrecional, segundo a qual, independentemente das condições objetivas, o proletariado seria movido à derrubada do regime por meio de um convencimento incitatório, movido por uma doutrina de justiça moral - o “mito revolucionário”.

Essa despreocupação com a coerência de posições não deixa de ser reflexo do caldo de cultura que prevalecia na intelectualidade da época. Como em todo período de mudanças sociais muito rápidas, criam-se teorias radicalmente divergentes para explicar um mesmo fenômeno. Basta lembrar que a mesma “degenerescência” que Sorel observa na burguesia, e que seria o motor moral dos revolucionários, para o economista italiano Vilfredo Pareto era apenas um sinal da necessidade de reciclagem permanente das elites. Para ele, o grau de agitação política de um país estaria diretamente ligado ao fechamento de suas hostes governamentais. Portanto, a receita da estabilidade seria dividir o

poder com os expoentes desses grupos emergentes (Pareto, 1991). Mesmo as empreitadas políticas revolucionárias que tinham como objetivo de longo prazo o fim do estado, como a comunista, terminariam por gerar seu inchaço exponencial, em face do irresistível impulso da auto-reprodução burocrática (Michels, 1966). A degeneração, portanto, era um resultado estrutural da perpetuação de *qualquer* grupo no poder. Tais eram os críticos liberais que inspiravam o pensamento reformista de Nitti, que Mariátegui considerava, sem medo de ser contraditório, o mais sensato entre os socialistas.

Não é pela complexidade de suas análises mas sim por sua atenção àquilo que é decisivo historicamente, que a obra do jornalista peruano mantém seu apelo. Seu poder de síntese resulta em textos de leitura muito mais fluente do que boa parte da análise marxista que o sucedeu no século vinte, e sem prejuízo da profundidade. A atratividade de boa parte dessa literatura parece ter sido tanto maior quanto maior fosse o interesse do leitor por teoria - em detrimento, muitas vezes, do nexos das hipóteses com os dados do mundo real. Talvez por ter sido autodidata, criado num meio infenso à vaidade intelectual e pouco impressionável pelos medalhões da época, as ambições de Mariátegui estivessem perfeitamente ajustadas aos seus interesses e capacidades. Isso resultou num texto incomumente honesto intelectualmente.

O leitor que buscar em *As Origens do Fascismo* uma discussão teórica sobre os fatores que levaram à ascensão do movimento autoritário na Itália ficará parcialmente frustrado, pois, ao contrário de Gramsci, não é esse o interesse primordial de Mariátegui. Ele escreve a maior parte dos ensaios coligidos no livro ainda no calor dos acontecimentos que antecederam a Marcha sobre Roma, em 1922, e é cauteloso ao fazer generalizações. Mas suas deduções são precisas. Por exemplo, mesmo contando com apenas 35 deputados num parlamento de 355 à época da marcha, JCM percebe que Mussolini já conquistara a admiração de um amplo espectro social que ia desde trabalhadores sindicalizados até monarquistas conservadores. Ele observa que a estratégia do *duce* era politicamente eficaz porque apontava responsáveis pela crise, transformando a política em purgação: antes mesmo de declarar o conteúdo de sua plataforma, os *fasci di combattimento* já diziam quem eram seus inimigos. Tanto que declara já em 1921 que a condição de sobrevivência dos fascistas seria manter o país em permanente estado de guerra: “O ‘fascismo’ não é um partido; é um exército... A paz significa para ele a inação, a desocupação” (Mariátegui, 2010, p. 178).

Pouco tempo depois, em 1927, o jurista alemão Carl Schmitt publicaria seu famoso ensaio “O Conceito do Político” influenciado pelo fracasso das democracias par-

lamentares na Europa do período e pela escalada fascista na Itália. Sua crítica radical ao liberalismo se baseava na idéia de que o que define a política não é a administração de conflitos - em que não há qualquer exigência de que uma das partes triunfe, e sim de que as opiniões minoritárias sejam contempladas -, mas o ato de vontade do soberano. Para Schmitt, é na emergência de resistências a uma decisão soberana que se configura o essencial da política: o choque de vontades. A normatização de procedimentos que hoje consideramos incontornável na chamada democracia representativa - veja-se a União Européia, cujo modelo político é o de uma imensa burocracia, com revezamento de chefes entre os estados-membros, referendos nacionais para as questões polêmicas, representação de todas as minorias lingüísticas e culturais - levaria à rotinização e à “paralisa”. Essa é, não por acaso, uma ótima receita para a diluição de soberanias, pois numa comunidade só há amigos cujas diferenças possam ser resolvidas civilizadamente. Um corolário desse modelo de Schmitt é que a cada estado deve corresponder um povo, uma etnia, qualquer elemento que o defina substantivamente, e não processualmente, pela lealdade de um cidadão ao soberano: “Na realidade não existe sociedade ou associação política, mas apenas uma entidade política - uma *comunidade* política.” (Schmitt, 1996, p. 4). O líder político schmittiano preocupa-se em saber quem está do seu lado e quem não está, vendo em todos os conflitos choques de natureza da competição pelo poder. “A quem serve?” é a pergunta retórica que faz para desqualificar as minorias “a serviço do inimigo”. Já o liberal vê a política como o “direito que a maioria outorga às minorias”, e cuja maior virtude justamente é “proclama[r] a decisão de conviver com o inimigo” (Ortega y Gasset, s/d, p. 87).

Mariátegui afirma, a propósito da personalidade política de Mussolini, que este “passou do socialismo ao fascismo, e da revolução à reação, por uma via sentimental e não conceitual” (2010, p. 291). Em concordância com o que viria a dizer Schmitt, cujas idéias embasariam a iminente ascensão do nazismo, o peruano, na trincheira ideológica oposta, mas igualmente impaciente com a inação dos liberais, escreve em 1925:

A batalha política que se livra atualmente na Itália contra o fascismo... é sempre uma batalha liberal. Os grupos que combatem Mussolini formulam esse desiderato comum: a normalização. A normalização quer dizer a volta à legalidade (...) A burguesia volta à idéia liberal porque o experimento fascista a persuadiu de que as instituições e as leis liberais são consubstanciais com o desenvolvimento do capitalismo. O método fascista ou reacionário ressuscita truncadamente a Idade Média com seus *condottieri*, sua hierarquias e suas corporações. Ressuscita um ambiente histórico que estorva o livre jogo dos interesses e das forças da economia capitalista. Estimula e exaspera nas massas a tendência revolucionária. O fascismo, em suma, é uma faca de dois gumes. (Mariátegui, 2010, p. 221-222).

Escritas depois de seu regresso ao Peru, essas impressões de JCM sobre o crescente domínio dos fascistas sobre a vida política italiana são beneficiadas pelo distanciamento. A segunda parte do livro, em que se inclui esta passagem, cobre o período de 1924 a 1929 - do seqüestro e assassinato do socialista Giacomo Matteotti pelos fascistas (que denunciara fraudes nas eleições) até a consolidação do regime já plenamente ditatorial. O fascismo já não é mais a ilegalidade burguesa contra a ilegalidade do socialismo de antes. O movimento que prosperou dentro da revolução passiva rapidamente se transforma em ameaça à ordem econômica liberal. Mariátegui via nisso o começo do fim de Mussolini, pensando que a perseguição aos “parasitas” do capital financeiro e oligopolista e a organização vertical da sociedade na forma de corporações seriam uma afronta à burguesia italiana, que já lhe fazia coro contrário. Entretanto, o *duce* era mais sagaz do que isso. Sabia escolher seus aliados entre os industriais, oferecendo em troca a proteção e as compras governamentais. Seu jugo ainda teria duas décadas pela frente, governando não “para” o capital, mas “com” o capital, até que o atraso tecnológico da indústria bélica italiana desnudasse sua posição militar francamente inferior durante a Segunda Guerra; já em 1943 o país era totalmente incapaz de defender o próprio território.

Por isso, a crise do fascismo não viria tanto por seu regressivismo ideológico quanto por sua falta de capacidade de implementar uma alternativa de crescimento econômico sustentado. A chamada solução “bonapartista”, em que a defesa da ordem por meio de uma ditadura é invocada para a garantir a manutenção do poder de classe, tem como conseqüência a ampliação tanto do tamanho do aparelho de estado quanto de sua autonomia relativa aos períodos de democracia constitucional. Revogada a democracia, o estado fascista precisava que as classes cada vez mais se dissolvessem nele como condição de sua sobrevivência, abolindo partidos e negando estar a serviço tanto da burguesia quanto dos trabalhadores, e afirmando os “interesses nacionais”. Na ditadura, o preço dessa dissolução é o gerenciamento de concessões aos vencedores e a repressão dos perdedores, não só nas classes média e trabalhadora - às vezes até menos nestas, quando não constituem oposição organizada - mas principalmente entre a burguesia e a aristocracia, que se dividia entre os clientes do Estado e seus opositores. A Resistência Italiana a Mussolini, por exemplo, abrigava, entre outros, uma burguesia republicana favorável à nacionalização das indústrias e à reforma agrária, por meio do Partido da Ação. Os dois “gumes” do fascismo a que se refere Mariátegui, assim como os da maior parte dos regimes autoritários, refletem mais propriamente dois momentos: um de dissolução do

poder de classe no poder de Estado¹, e o movimento inverso, em que a autonomia estatal se exacerba e passa a servir, primordialmente, à própria sobrevivência de seus líderes e clientes - o que, por definição, já não é mais um projeto de classe e sim de grupo. Nessas circunstâncias o regime fica sujeito a enfrentar uma oposição ampla, inter-classista. Tanto é que o golpe contra o *duce* em 1943 teve a coordenação do rei Vittorio Emanuele III, que em seu lugar instituiu um gabinete ainda monarquista liderado pelo General Badoglio, o qual foi apoiado, entre outros, pelo Partido Comunista.

* * *

Entre os muito apelos de *As origens do fascismo* para o leitor contemporâneo, creio que um dos maiores seja o de fazer perceber com clareza como o senso comum da sociedade moderna é sensível à desordem e indiferente à incoerência programática. Mariátegui mapeia campos partidários, seus respaldos ideológicos, seus atores políticos e bases de apoio numa espécie de “descrição densa” pela qual a natureza dos regimes é deduzida a partir dos dilemas que se apresentam a suas lideranças, vinculadas em última análise a interesses de classe. Mas, apesar disso tudo, como nem sempre na democracia os líderes são capazes de mobilizar o apoio de classe que têm, abre-se espaço para a inventividade humana. Aí surge o fascismo como o protótipo de regime autoritário nacionalista do século vinte. Oportunista, ao apresentar-se como alternativa à “bandalheira”, dava a receita de como salvar a política da “dissolução” democrática.

Suspeito, também, que o leitor enxergará nos fatos que Mariátegui descreve da Itália a confirmação de que a hiperpolitização expõe uma vulnerabilidade-chave da democracia frente ao mercado. A ditadura, quando impõe um pensamento único, abolindo a representação, apontando o inimigo, encanta àqueles que vêm na politização do cotidiano a solução dos males aos quais o mercado é indiferente, como a desigualdade, o individualismo, a exploração, etc. A democracia parlamentar, com seu processualismo, seu compasso lento e sua subordinação do político às regras de convivência, é frustrante para aqueles tocados pelo sentimento urgente de justiça, sejam eles de esquerda ou de direita. Seriam esses os mais inclinados a seguir os líderes autoritários, como Mariátegui deixa claro nas passagens dedicadas tanto ao poeta utópico Gabriele D’Annunzio quanto ao humilde porém exaltado secretário-geral do Partido Fascista, Roberto Fari-

¹ Ver a respeito Milliband (1983, p. 72-77).

nacci. De origem pequeno-burguesa, sua capacidade de indignação com a “desordem” era ilimitada, e limites não impunha às justificativas que estava disposto a dar para o uso da violência, a ponto de o próprio Mussolini ter de destituí-lo da liderança do partido.

De certo modo o próprio Mariátegui padecia desses “males de juventude” ao ter por modelo Georges Sorel, cujo “mito revolucionário” envolvia certo grau de mistificação e subestimação da capacidade intelectual do povo, ao mesmo tempo em que superestimava sua determinação para a luta. Essa crença sem dúvida se deve em grande parte ao fato de que as “massas” dos anos vinte fossem justamente isso: “homens-massa”, como diria Ortega y Gasset, pouco instruídos, moldáveis aos propósitos das lideranças. Não é de estranhar, portanto, que o marxismo heterodoxo e místico de Mariátegui seja até hoje bem recebido em movimentos populares que têm em sua base de apoio os camponeses e o lumpen das periferias urbanas. O trabalho ideológico de criação do “novo homem” desses movimentos se apóia justamente sobre pessoas que em sua maioria tiveram precário acesso à educação formal, e isso dispensa aos primeiros a incumbência de formular uma idéia clara de como seriam a sociedade e a economia que pretendem criar a partir dessa ideologia. Assim também com o jornalista peruano, como aponta Luiz Bernardo Pericás, “a obra de Mariátegui é muito mais centrada na filosofia, cultura, arte e política do que necessariamente na economia política, tema que ele pouco trabalhou” (Mariátegui, 2010, p. 38).

As origens do fascismo é um livro que expõe a radicalidade das soluções políticas para problemas distributivos numa época em que o repertório de alternativas era maior do que hoje, e as sociedades, muito menos complexas. Os sonhos que levaram intelectuais, artistas e líderes de massa a persegui-las, bem como as frustrações que rapidamente se sucederam, permanecem como lições de que, por mais tentadora que seja a idéia de se eleger inimigos, foi pelo sucesso na incorporação das minorias que o estado democrático sobreviveu ao século XX. A idade do climatério também é a idade da razão.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, J. *Cool Memories, 1980-1985*. Tradução de Chris Turner. New York: Verso, 1990.

DURKHEIM, E. *The division of labor in society*. Lewis Coser (trad.). New York: Free Press, 1984, p. 352.

GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith (trads. e orgs.). New York: International Publishers, 1971, p. 483.

MARIÁTEGUI, J.C. *As origens do fascismo*. Luiz Bernardo Pericás (org.). São Paulo: Alameda, 2010, p. 349.

MICHELS, R. *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*. New York: The Free Press, 1966, p. 375.

MILIBAND, R. State power and class interests. In: MILIBAND, R. *Class power and state power*. Londres: Verso, 1983, p. 308.

ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. Artur Guerra (trad.). Lisboa: Relógio D'água, s/d, p. 261.

PARETO, V. *The rise and fall of elites: an application of theoretical sociology*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1991. p. 105.

SCHMITT, C. *The concept of the political*. George Schwab (trad. e org.). Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 113.

SCHNAPP, J.T. (org.) et al. *A primer on fascism*. S/l: University of Nebraska Press, 2000, p. 304.